



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9897

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Rodrigues de Jesus

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais), firma convênio e repassa recursos

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 14/09/2021

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 79/2021. Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a transferência de recursos no orçamento vigente, e dá outras providências (reprogramação de recursos remanescentes de 2020, mediante transferência, a serem utilizados no enfrentamento da pandemia do Coronavírus - SARS-Cov-2 - Covid-19). (Referente à Lei nº 5.365, de 23/09/2021).

**Controle Interno – Caixa:** 5.1      **Posição:** 48      **Número de folhas:** 07

---

Espécie: PL  
Categoria: Créditos  
CX: 5.1  
Ordem: 48  
nº fls: 05



Nº 48/2021

21/09/2021

## Câmara Municipal de Montes Claros

### PROJETO DE LEI Nº 79/2021

AUTOR:

Executivo Municipal

Lei 5365 de 23/09/2021

ASSUNTO:

~~Autoriza o Poder Executivo a Proceder a Transferência de Recursos no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.~~

### MOVIMENTO

- 1 -
- 2 **Entrada - 14/09/2021**
- 3 **Comissão Legislação e Justiça, Finanças Orçamento Tomada de Contas.**
- 4 **IA NOVA RD EM REGIME DE ORÇENCA**
- 5 **EM. 21.09.2021**
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº **19**, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a transferência de recursos no Orçamento do Município, vigente em 2021, da origem abaixo especificada, para o destino constante do artigo 2º, desta Lei, de acordo com a autorização do §4º, do artigo 19, da Lei Municipal n.º 5.288, de 21 de julho de 2020.

Projeto/Atividade	Código	Elemento	Valor (R\$)	Fonte
Ações de Enfrentamento da Emergência em Saúde Decorrente da Covid-19	02.12.02-10.122.0069.2307	319011	28.255,44	261
		319113	25.258,93	261
		339039	2.888.483,24	254
		339049	34.781,70	261
		449051	950.014,78	254
		449052	2.078.141,03	254
Total			6.004.935,12	

**Art. 2º** – A transferência de recursos orçamentários, autorizada nos termos do artigo anterior, terá o seguinte destino.

Projeto/Atividade	Código	Elemento	Valor (R\$)	Fonte
Ações de Enfrentamento da Emergência em Saúde Decorrente da Covid-19	02.12.02-10.122.0069.2307	319004	3.268.000,00	254
		319011	430.000,00	254
		319013	680.000,00	254
		335041	600.000,00	254
		339030	698.639,05	254
		339030	88.296,07	261
		339093	240.000,00	254
Total			6.004.935,12	

**Art. 3º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), 10 de setembro de 2021.

**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

**Otávio Batista Rocha Machado**  
**Procurador-Geral**

27

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 14 DE SETEMBRO DE 2021  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO  
E TOMADA DE CONTAS  
EM 14 DE SETEMBRO DE 2021  
PRESIDENTE



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 10 de setembro de 2021

Exmo. Sr.

Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2021

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O presente projeto de lei tem por objeto a concessão de autorização para que o Município de Montes Claros possa proceder a reprogramação dos recursos remanescentes, mediante transferência, a serem utilizados no enfrentamento da Pandemia da COVID-19, conforme autorização constante do § 4º, do artigo 19, da Lei Municipal n.º 5.288, de 21 de julho de 2020.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**



7.5213



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 079/2021 QUE “Autoriza o Poder Executivo a proceder a transferência de recursos no orçamento vigente e dá outras providências.”, de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem por fim promover a transferência de recursos do orçamento vigente.

Primeiramente cabe esclarecer a possibilidade de alteração do orçamento vigente mediante autorização legislativa, como ora buscado.


Na alteração pretendida, merece registro que o Projeto/Atividade de onde se está “retirando” recursos é o mesmo para onde se estão “alocando” os recursos, ou seja, Ações de Enfrentamento da Emergência em Saúde Decorrente de Covid-19, alterando-se os elementos.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto, tendo em vista que trata de assunto de interesse local.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 15 de setembro de 2021.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 79/2021**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo a Proceder a Transferência de Recursos no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 14/09/2021, com entrada na Sala das Comissões no dia 15/09/2021.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei autoriza o Executivo a proceder a transferência de recursos no Orçamento vigente, do Projeto/Atividade “Ações de Enfrentamento da Emergência em Saúde Decorrente da Covid-19” - Código - 02.12.02-10.122.0069.2307, nos elementos e fontes descritas no art. 1º, no valor de R\$ 6.004.935,12 (seis milhões, quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e doze centavos), para realocar no mesmo Projeto/Atividade e código, porém com elementos e fontes diferentes, descritas no art. 2º, conforme §4º, do artigo 19, da Lei Municipal n.º 5.288, de 21 de julho de 2020.

O §4º, do artigo 19, da Lei n.º 5.288 dispõe que “Mediante prévia autorização Legislativa, o Poder Executivo poderá, por meio de Decreto de crédito suplementar ou especial, proceder a transposição, remanejamento e **transferência** de recursos durante a execução orçamentária, para fins de adequação da programação orçamentária”.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, de competência exclusiva do Executivo, desta forma, não incide em vício de iniciativa e nem apresenta vícios de ordem formal e/ou material.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2021.

Presidente Ver. Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_

Vice\_Presidente: Ver. Elair Augusto Pimentel Gomes \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito \_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 79/2021**

**AUTOR:** Executivo Municipal

**MATÉRIA:** Autoriza o Poder Executivo a Proceder a Transferência de Recursos no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída às Comissões em 14/09/2021, com entrada na Sala das Comissões no dia 15/09/2021. Após parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para, nos termos regimentais, manifestar sobre matéria orçamentária e financeira.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei autoriza o Executivo a proceder a transferência de recursos no Orçamento vigente, do Projeto/Atividade “Ações de Enfrentamento da Emergência em Saúde Decorrente da Covid-19” - Código - 02.12.02-10.122.0069.2307, nos elementos e fontes descritas no art. 1º, no valor de R\$ 6.004.935,12 (seis milhões, quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e doze centavos), para realocar no mesmo Projeto/Atividade e código, porém com elementos e fontes diferentes, descritas no art. 2º, conforme §4º, do artigo 19, da Lei Municipal n.º 5.288, de 21 de julho de 2020.

O §4º, do artigo 19, da Lei n.º 5.288 dispõe que “Mediante prévia autorização Legislativa, o Poder Executivo poderá, por meio de Decreto de crédito suplementar ou especial, proceder a transposição, remanejamento e **transferência** de recursos durante a execução orçamentária, para fins de adequação da programação orçamentária”.

Com relação tanto a dotação orçamentária quanto o respectivo projeto/atividade, indicados na presente proposição, foi autorizado a inclusão no orçamento vigente, através da Lei n.º 5.0324, de 24 de fevereiro de 2021.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas é favorável a aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2021

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice- Presidente: Ver. Daniel Dias da Silva

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brifo: